REVISTA DA FUNDARTE
ANO 22
DEZEMBRO
NÚMERO 52
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ARTES DE MONTENEGRO
ARTE EDUCAÇÃO E PERFORMANCE



POR UMA EDUCAÇÃO FORA DO ARMÁRIO: Um olhar para o Gênero, o Sexo, a Sexualidade e a Binariedade

FOR AN EDUCATION OUT OF THE CLOSET: A Look at Gender, Sex, Sexuality and Binariety

Bruno Flores Prandini[1]
prandini.b@gmail.com
Eduardo Guedes Pacheco[2]
eduardo-pacheco@uergs.edu.br

Resumo: O texto aqui apresentado compõe o conjunto de trabalhos do Grupo de Pesquisa CAPES Zona de Investigações Poéticas - ZIP e do Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado Profissional da UERGS, sendo parte da proposta de dissertação intitulada "ESQUIZOESCOLA: Laboratório de pesquisa para corpos desejantes por outras educações". Este artigo tem a intenção de discutir sobre as questões de gênero, sexo e sexualidade e como estes entendimentos são atravessados pelas perspectivas propostas pela binariedade. Para tanto, o trabalho busca problematizar cada um destes termos apresentando entendimentos mais amplos do que aqueles tratados pelos dualistas. A realização deste movimento acontece acompanhado de referências como Rudião Rafael Wisniewski, Guacira Lopes Louro, Denise da Silva Braga, entre outras, e algumas falas de manifestos LGBTQIAP+. O texto, junto a problematização desses conceitos, apresenta um recorte histórico sobre a construção do movimento LGBTQIAP+ e da cisheteronormatividade.

Palavras-chave: LGBTQIAP+. Sexualidade. Binariedade

Abstract: The text presented here composes the set of works of the Research Group CAPES Zona de Investigações Poéticas - ZIP (Zone of Poetic Investigations) and the Graduate Program in Education - Professional Master's at UERGS (Rio Grande do Sul State University), being part of the dissertation proposal entitled "SCHIZOSCHOOL: Research laboratory for bodies desiring for other educations". This article intends to discuss the issues of gender, sex and sexuality and how these understandings are crossed by the perspectives proposed by binarity. Therefore, the work seeks to problematize each of these terms presenting broader understandings than those treated by dualists. The realization of this movement is accompanied by references such as Rudião Rafael Wisniewski, Guacira Lopes Louro, Denise da Silva Braga, among others, and some lines from LGBTQIAP+ manifests. The text, along with the problematization of these concepts, presents a historical clipping on the construction of the LGBTQIAP+ movement and cisheteronormativity.

Keywords: LGBTQIAP+. Sexuality. Binarity

INTRODUÇÃO

Ao tomar o espaço escolar, algumas características marcam a existência deste lugar. Entre elas, a herança positiva que transborda os espaços através da

[1] Licenciado em Teatro pela UERGS e Mestrando em Educação PPGED-MP/UERGS. É Coordenador Pedagógico e Diretor de Arte do Laboratório-Escola e Editor-Chefe da Revista Brasa.
[2] Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bacharel em Percussão pela UFSM. Professor Adjunto na UERGS.

implementação dos binarismos comuns aos amantes da razão. Entre tantas imagens binárias, as quais podemos citar o certo e errado, bonito e o feio, verdadeiro e falso, imagens tão comuns ao mundo escolar, as questões de gênero, sexualidade e sexo são também atravessadas por este tipo de entendimento. A partir destas proposições, este artigo deseja realizar as seguintes perguntas:

Onde, como e por que se formam os binarismos?

Qual é o papel da escola nessa formação?

Como os pensamentos binários operam sobre nossos corpos?

É possível uma existência livre da opressão do binarismo?

Na tentativa de buscar respostas, partimos ao encontro de representatividades e desejos alheios, que também pensam numa escola que abraça e permita que as performances de gênero e sexualidade fluam pelo espaço escolar. Uma escola na qual os possíveis sejam mais largos que a norma impressa pela normalidade binária, produzindo assim *[...] elementos que ajudam a questionar as limitações das possibilidades de vida que compõem nosso entendimento e se cristalizam nos currículos escolares*. (BRAGA, 2012, p.15)[3].

Rudião Rafael Wisniewski[4] (2020, p. 87-88) aponta que uma das maiores dificuldades para se entender a diversidade sexual e de gênero está no equívoco da sociedade em encaixar tudo no mesmo entendimento, quando na verdade são quatro temas diferentes: características sexuais, expressão de gênero, identidade de gênero e orientação afetivo-sexual. Sendo assim, é necessário entender os conceitos para se produzir caminhos na educação que potencializam a diversidade com base nas pesquisas do já citado Wisniewski e nos trabalhos de Guacira Lopes Louro[5] e outras referências e manifestos LGBTQIAP+, que este trabalho busca apoio para realizar as suas problematizações.

[3] É doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, com estágio na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto/Portugal (2012). Possui Mestrado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2004) e Graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado de Minas Gerais (2000).

[4] Doutor em Educação nas Ciências (UNIJUÍ). Mestre em Letras - Literatura (URI-FW). Licenciado em Letras - Português, Inglês e respectivas Literaturas (URI-FW). Licenciado em Pedagogia (UNINTER)

[5] Licenciada em História pela UFRGS (1969), Mestra em Educação pela UFRGS (1976) e Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1986).

A sociedade binária: uma normatividade cisheterossexual

Nossa sociedade está fundada em uma pedra binária, estrutural e estruturante que determinou os papéis de gênero durante o desenvolvimento da sociedade com base no binarismo homem/macho/masculino e mulher/fêmea/feminina. Construiu instituições com a mesma base e determinou os limites biológicos, físicos, sociais, culturais e sexuais do ser humano. Limites esses determinados pela condição do nascimento e identificados através dos papéis de gêneros constituídos por uma ideia de “o que é ser homem” e “o que é ser mulher”. Esses papéis, socialmente inventados, são herança de uma sociedade falocêntrica na qual o homem/pênis está centralizado e instituído como órgão de poder e dominância e, por sua vez, a mulher/vagina está atribuída com o papel subordinado, submisso e inferior. Um olhar rápido pelos livros de história revela como nossa construção humana está baseada em conquistas, guerras, descobertas e o genocídio de milhões de pessoas, mascarada com o discurso de desenvolvimento. Onde estão as mulheres da história? Quantos nomes de rainhas e presidentas estão gravados no conhecimento popular para além de Cleópatra, Elizabeth e Dilma? E quantos nomes de reis, guerreiros e presidentes? Seguramente o dobro dos nomes femininos.

O bicho homem como símbolo de poder e dominância é ostentado com estandartes penianos e pentelhudos compulsoriamente. O varão, macho, viril, forte, conquistador e reprodutor é sinônimo de desenvolvimento e futuro da raça humana. Contudo, só está autorizado a receber este título o homem cisgênero e heterossexual que expressa e performa seu gênero de maneira dominante. Qualquer outra identidade sexual está sumariamente indo contra a ordem natural do poder masculino. Todo homem “de verdade” deve exercer domínio sobre os gêneros inferiores e deve ostentar sua cisheteronormatividade.

A heteronormatividade (do grego hetero, "diferente"; e norma, "esquadro" em latim) designa o enquadramento das relações – até mesmo as homossexuais – a partir do modelo heterossexual. A heteronormatividade sintetiza o conjunto de normas prescritas, explícitas ou não, que marcam toda a ordem social e não apenas o que concerne à escolha do parceiro amoroso, mas também ao conjunto de instituições, estruturas de compreensão e orientação prática que se apoiam na heterossexualidade como ponto de referência nodal. (BRAGA, 2012, p.18).

Qualquer outra relação será desqualificada e estará à margem do poder tornando assim “menos homem” ou ainda um “não-homem”, “homem de mentira” (BRAGA, 2012, p.18). Entre outras palavras, as outras configurações como homem/vagina, mulher/pênis, homem ou mulher/vagina-pênis, mulher ou homem/pênis-vagina, homem e mulher/vagina-pênis, mulher e homem/pênis-vagina, homem/-, mulher/-, homem e mulher/-, homem ou mulher/-, -/-. E para que este sistema mantenha a direção ao falo, é preciso estabelecer regras normativas de controle, discursos linguísticos de dominação, leis estruturantes que promovem a misoginia e instituições de reprodução e manutenção do poder. Instituições formadoras de opinião e reprodutoras de modelos heteronormativos que diariamente mantém acesos os discursos homogeneizantes. A escola é o berço renascido, na modernidade, desses discursos.

> O currículo escolar, dada a sua disposição normalizadora, é um campo profícuo para o disciplinamento e o controle da sexualidade que se desenvolve a partir do que Butler (2008) denomina de matriz heteronormativa. [...] Nesse sentido, não apenas se reproduzem as relações homem/mulher, masculino/feminino, mas também as relações de subalternização provenientes das hierarquias de gênero. [...] Assim, mais do que balizar a heterossexualidade compulsória a heteronormatividade enquadra os sujeitos (biologicamente homens ou mulheres) em uma sequência invariável corpo-sexo-gênero-sexualidade e os submete às normas que regulam o pertencimento social dos homens e das mulheres reconhecidos] por essa norma. (PINO, 2007; BUTLER, 2008). (BRAGA, 2012, p.18).

Infelizmente sem a intervenção de políticas públicas, projetos e movimentos que se coloquem contra a hegemonia do homem, dificilmente mulheres e crianças LGBTQIAP+ terão condições de vencer as estruturas que as cercam. E, neste caso, o que sobra é a invisibilização desses corpos. É a sujeição aos discursos de poder de aparência e comportamento e, em último caso, uma vida omissa e infeliz dentro do armário. Um fato sobre isso é que muito possivelmente se perguntar a uma mulher ou a uma pessoa LGBTQIAP+ como ela faz para lidar com as normas, sua resposta vai ser uma lista de estratégias de sobrevivência. Inúmeras maneiras para ir e vir pelas ruas e pelos espaços da sociedade. Mais um reflexo de um país onde quando uma mulher é vítima de abuso, culpabiliza-se ela por “não ter modos” e não ao homem por ser um assediador (“é na natureza do homem”, a culpa não é dele).

Como abordar questões que reproduzem a violência da hegemonia cisheteronormativa? Como a escola pode romper essa lógica estruturante? Como propor uma escola onde não haja a divisão por gêneros? Como fazer chegar a informação de maneira segura e informativa a toda população? Como exercer a docência de maneira a não privilegiar ou reproduzir hegemonias sobre os corpos de estudantes? Onde estão os discursos de poder dentro da escola? Como se dá a manutenção das formas?

É preciso entender os processos normativos e formalizantes que já acontecem dentro do espaço escolar. É preciso denunciar as formas que violentam os corpos e que atravessam seus modos de ser e estar no mundo. É preciso atentar sobre todas as estruturas que operam contra a liberdade e a fluidez das existências LGBTQIAP+.

Uma educação fora do armário

Não existe um tempo certo para se afirmar enquanto pessoa LGBTQIAP+. Há pessoas que passam uma vida toda sem saber ou sem dar vazão para suas pulsões, como também há quem nasça performando desde cedo outras formas de ser/estar no mundo que não as regidas pelas normatividades binárias. Longe de determinarmos onde, como e quando devem ocorrer as manifestações de gênero e sexualidade, queremos antes se perguntar como seria se houvesse espaço dentro da escola para tais questionamentos. Queremos imaginar um local seguro para a investigação, a criação e a descoberta de tais movimentos existenciais que atravessam o corpo de muitas crianças durante o período escolar. E se? E se a escola não fosse um lugar de sobrevivência de corpos LGBTQIAP+, mas de existência? E se qualquer pessoa pudesse ter acesso à uma educação sexual com conhecimento sobre nosso desenvolvimento corporal, social e biológico? E se a escola celebrasse a vida de pessoas LGBTQIAP+ e não apenas histórias cisheteronormativas? E se fosse possível um currículo, um corpo docente e uma estrutura educativa que lutasse contra as violências sofridas, contra as piadas e contra o silêncio? Sobretudo o silêncio. E se a existência LGBTQIAP+ fosse algo para se falar e não silenciar?

> O silêncio está ligado à censura e ao controle da fala (BUTLER, 1999). O silêncio, contudo, faz parecer não existir a questão. No entanto, o silêncio é parte do discurso, de forma que romper com ele significa redirecionar a discussão. (FERRARI; BARBOSA *apud* WISNIEWSKI, 2020, p. 80).

Não por acaso a história de muitas pessoas LGBTQIAP+ é atravessada pelo silêncio, pelo medo e pela dúvida. Sobretudo em tempos anteriores ao acesso à informação através das mídias digitais. Crescer sem conhecer seus pares, se desenvolver sem referências, viver uma vida afirmando-se ser um erro foi, e ainda é, a realidade de muitas pessoas LGBTQIAP+. Um *[...] sujeito (in)visível – invisibilizado, produzido como inexistente, embora sempre em voga nas discussões políticas e fofocas cotidianas – [...] um fio muito frágil na teia social, arriscando todo seu equilíbrio* (WISNIEWSKI, 2020, p. 79). É necessário aqui nos perguntarmos porque existe tal fragilidade e onde ela está localizada? Frágil somos nós pessoas LGBTQIAP+ que buscam espaço para existir ou aqueles que determinam estruturas incabíveis para todos os corpos viverem? Como seria a vida de milhões de pessoas LGBTQIAP+ que se submeteram a violência estruturada e amparada legalmente dentro da escola se tivessem tido outra educação? E se a escola defendesse a educação sexual? E se falássemos sobre as diferentes orientações afetivo-sexuais e identidades de gênero existentes na sociedade? E se aprendêssemos nossa história também com as lentes dos movimentos LBGTQIAP+?

Para que as potências da diversidade sejam permitidas e para que a força dos corpos que rompem a norma seja valorizada, é preciso que a escola não invista na *[...] construção de mais armários para seres humanos invisibilizados* (WISNIEWSKI, 2020, p. 82). E para isso, é preciso falarmos sobre nossa existência e nossa trajetória. Falar sobre a violência, mas também sobre como amamos. Falar sobre outras formas de existir no mundo e não apenas da reprodução do mundo. É preciso falar de uma educação da visibilidade. Uma educação fora do armário.

LGBTQIAP+

É sabido que, antes mesmo da invenção dos conceitos de sexualidade e gênero, as relações LGBTQIAP+ estão presentes na história da humanidade e ainda na natureza animal. Por isso, não traremos fatos de longa data, mas dois recortes

históricos emblemáticos sobre os movimentos que foram estopim para a conquista por nossos direitos: o caso do bar Stonewall no final da década de 60 e o surgimento do AIDS.

> Stonewall Inn foi um bar gay localizado em Nova York, no bairro de Greenwich. Entrou para a história do movimento gay nas noites de 27 e 28 de junho de 1969, quando um inspetor de polícia acompanhado de 7 oficiais chegou ao bar com a intenção de fechá-lo, sob o pretexto de venda ilegal de álcool. Os frequentadores foram postos um a um para fora do bar onde foram se concentrando junto com curiosos que passavam pela rua naquele momento. A chegada dos camburões mudou o ânimo das pessoas da passividade para a desconfiança. O primeiro veículo deixou o lugar sem maiores problemas. Nesse momento, saiu do bar uma mulher trajada com roupas masculinas e devidamente algemada. Essa visão acirrou os ânimos das pessoas que acompanhavam a ação e fez com que a pequena multidão revoltada começasse a arremessar moedas nos policiais. Em pouco tempo, as moedas davam lugar a pedras e garrafas. Alguns oficiais se refugiaram dentro do bar, enquanto os revoltosos trataram rapidamente de trancá-los lá dentro. Reforços foram chamados e os resistentes se dispersaram. Durante o dia os jornais trataram de espalhar a notícia e nas duas noites seguintes seguiram-se violentos confrontos entre homossexuais e a polícia. A “Batalha de Stonewall” serviu como estopim para os “Movimentos de Liberação Gay” que durante os anos 1950 e 1960 não passavam de movimentos semiclandestinos. (BRAGA, 2012, p.20).

Anos mais tarde, algumas conquistas enfraqueceram com a culpabilização sobre comunidades LGBTQIAP+ por espalharem o vírus da AIDS:

> No início da década de 1980, com o surgimento da AIDS, propostas mais profundas e radicais de transformação social perderam apelo diante do problema da epidemia que reavivou antigos pânicos sociais. A própria síndrome chegou a ser denominada “peste gay”, o que contribuiu para que a compreensão social desse grupo se desse por meio de um problema de saúde pública. (...) a AIDS levou a uma reconfiguração dos grupos, que se pautou pela organização em torno de direitos civis, a aceitação de certa “essencialização” identitária para esta luta (...) e a desvalorização de aspectos “marginais” das vivências gays e lésbicas em benefício de objetivos assimilacionistas. (MISKOLCI, 2007, p.108) (BRAGA, 2012, p.22).

É importante lembrar que esses recortes são recortes ocidentais que acabaram influenciando nossa construção brasileira e que uma pesquisa das relações LGBTQIAP+ nas mais variadas relações étnico-raciais poderia oferecer material para produção de muitos outros artigos. Com o passar dos anos muitas lutas e movimentos foram surgindo para garantir nossos direitos de existir como qualquer outra pessoa normal. E foi apenas em 1990 que a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a homossexualidade com Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID).



> Um passo importante, sem dúvida, mas que ainda não representou a cidadania plena [...]. De acordo com os dados publicados no ano passado pela Associação Internacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Trans e Intersexuais (ILGA), em 70 países, a homossexualidade ainda é criminalizada com casos de prisão e até pena de morte. E a transexualidade só deixou de ser classificada como doença pela OMS em junho de 2018. (VEIGA, 2020).

Em pouco menos da metade dos países do mundo é possível viver plenamente com direitos garantidos por lei. Uma triste realidade construída pela hegemonia cisheteronormativa.

Por isso e por muitas outras causas os movimentos vêm se ramificando e se aprofundando em questões cada vez mais heterogêneas para entender o contexto da individualidade de cada corpo e de cada existência. Hoje, a sigla que compõem essa diversidade está em LGBTTTQQIAAACPPF2K+, ou LGBTQIAP+ ou resumidamente LGBT+. De forma que cada sigla possui suas pautas e busca um melhor viver sem invisibilizar ou diminuir umas às outras, todas buscam o direito de existir. Não entraremos nas especificidades de cada sigla, mas tentaremos dar conta de localizar a diversidade do movimento nos próximos títulos contribuindo com a produção de outras práticas docentes, plurais e representativas, tal como as siglas que hoje definem nossas existências:

L Lésbica
G Gay
B Bissexual
T Transgênero **T** Transexual **T** Travesti
Q Queer **Q** Questionando
I Intersexual
A Assexual **A** Agênero **A** Aliado
C Curioso
P Pansexual **P** Polisexual
F Família e amizades
2 Two-Spirits (Dois Espíritos)
K Kink (praticantes de BDSM)

Sexo

Sexo é nome dado à prática sexual entre um ou mais corpos. Contudo, é possível se referir as características sexuais que dizem respeito ao corpo e aos atributos físicos com o qual nascemos. É preferível utilizar o termo corpo/genital do que apenas a palavra sexo (DIVERSITY BBOX, 2020a, p.9)[6], como é popularmente conhecido e aceito na sociedade. A grande questão é a atribuição dos binarismos estruturais macho-fêmea, homem-mulher e masculino-feminino baseado no corpo/genital da pessoa recém nascida. Além de impossibilitar ou atrasar a construção outra da expressão e da identidade de gênero, diferente do designado no nascimento, é em muitos casos a manutenção do estruturalismo que traz muito sofrimento para milhares de pessoas LGBTQIAP+, como no caso de pessoas intersexuais, *que nasceram com genitálias ambíguas e/ou cromossômicos, fenótipos, genótipos que não podem ser definidos como homem/macho ou mulher/fêmea* (DIVERSITY BBOX, 2020a, p.10). A maior base do pensamento conservador se dá por essa única justificativa: de que o "sexo" é designado como dado pronto pela natureza e as pessoas estão condicionadas a seguirem essa ordem "natural" e, em muitos casos, divina. Este pensamento é o mesmo que coloca a diversidade sexual e de gênero no lugar da anomalia, do não-natural, do cientificamente incorreto, da natureza pecaminosa e muitos outros adjetivos. Contudo,

> Harari (2015, p. 155) afirma que [...] a perspectiva biológica defende que tudo o que é biologicamente possível, é, por conseguinte, natural. Se os órgãos sexuais existissem apenas para a reprodução humana, não haveria prazer no sexo. *Os órgãos evoluem para executar uma função específica, mas, depois que existem, podem ser adaptados para outros usos também*. E cita exemplos, tais como o uso da boca para beijar, cuja função inicial era levar nutrientes para o corpo dos seres multicelulares. E, em comunidades de chimpanzés, o sexo é usado não apenas para a procriação e perpetuação da espécie, mas também, e não menos importante, para criar alianças políticas, intimidade e para neutralizar tensões. Dessa forma, o argumento de que homossexuais são uma anomalia da natureza é insustentável. (WISNIEWSKI, 2020, p. 83-84).

[6] Diversity Bbox é uma consultoria especializada para a equidade social e à fomentação da diversidade em corporações e instituições, através de programas de conscientização, treinamento e sensibilização para comunicação, RH e negócios estrategicamente combinadas para promover a transformação corporativa em prol de uma sociedade mais justa, democrática e equânime. Fonte: <https://diversitybbox.com/pt/institucional/>

Para que este movimento conservador que tenta controlar os corpos escolares não dissemine ainda mais informações equivocadas sobre os estudos de gênero e sexualidade, é preciso que a informação chegue da maneira mais acessível às escolas e às casas. Precisamos expandir essa discussão, atravessar as fronteiras da academia e transbordá-la para dentro dos lares, entre as famílias, estudantes e comunidades escolares.

Gênero

O gênero é a maneira como construímos ou como é construída nossa existência. *Conjunto de representações e papéis sociais e dos comportamentos e atributos socialmente construídos a partir da diferença entre os corpos, e que servem como indicadores culturais da identidade pessoal e social de alguém*. (DIVERSITY BBOX, 2020a, p.10). É preciso fazer uma distinção entre os termos “expressão de gênero” e “identidade de gênero”, sendo a expressão a maneira *com que a pessoa se apresenta externamente, como quer que os outros a percebam, como se comporta e como se posiciona por meio de roupas, acessórios, adereços, maquiagem, tatuagem, padrões de fala, linguagem corporal*; e a identidade é o caminho *com o qual uma pessoa se reconhece, que pode ou não estar de acordo com o gênero que lhe foi atribuído em seu nascimento*. (DIVERSITY BBOX, 2020a, p.10). Tanto a expressão quanto a identidade de gênero se diferem do conceito de corpo/genital e de orientação afetivo-sexual porque não são constituídas pela natureza, mas inventadas socialmente de acordo com as formas de cada cultura. Há anos se entende e se confunde gênero com sexo biológico, de forma a acreditarem que existam apenas dois gêneros: masculino e feminino. Sendo que ao homem está atribuído o gênero masculino e à mulher o gênero feminino. Com os estudos de gênero cada vez mais se reconhecem outras formas de performar e existir em sociedade. Podemos colocar as mais de 30 identidades de gênero entre os gêneros binários, não-binários e aqueles que não estão dados nesta dualidade.

Para citar alguns, uma pessoa pode ser cisgênero (que se identifica com seu corpo/genital e com o gênero atribuído ao nascimento), transgênero (que difere do seu corpo/genital e do gênero atribuído ao nascimento, e por isso reafirma seu gênero

pelo processo de transição), travesti (gênero da vivência brasileira na qual a pessoa foi dada como homem no nascimento, mas se identifica com feminilidade, se tratando com pronome feminino, e ao mesmo tempo, não se chama de mulher, pois está para além do binarismo homem-mulher), e muitos outros gêneros não-binários como gênero neutro, fluido, agênero, *queer*[7], andrógino, pangênero.[8] Alguns países possuem culturas de gênero diferentes do padrão binário, como o caso do gênero *two-spirits*, ou dois-espíritos, comuns em comunidades indígenas norte-americanas; e no caso do gênero *hijra*, adotado em alguns países do sul da Ásia como gênero oficial e não o binarismo homem-mulher.

Orientação afetivo-sexual

A orientação afetivo-sexual é por quem se têm ou não atração afetiva e sexual. Entende-se por atração sexual o desejo por práticas que podem envolver ou não o corpo e a genitália entre uma, duas ou mais pessoas. Já as práticas afetivas estão ligadas a relacionamentos que não envolvem, necessariamente, as práticas sexuais de convenção heterocisnormativa compulsória. Mas, conectadas a outra forma de ser/estar no mundo produzindo afetos. Portanto, as orientações afetivo-sexuais possuem um espectro muito grande de maneiras de se sentir atração e/ou de se relacionar.

Pela perspectiva da cisgeneridade, podemos ter relações por uma pessoa de corpo/genital e gênero diferentes (heteressexual), corpo/genital e gênero iguais (homossexual), ambos corpos/genitais e gêneros (bissexual), por nenhum corpo/genital e gênero (assexual) ou atração por todas pessoas independente do corpo/genital e gênero (pansexual). Agora, por uma perspectiva da transgeneridade e/ou da não-binaridade, é importante ressaltar aqui que a atração sexual não está apenas limitada à atração das características sexuais, no sentido de que é possível um homem se atrair por uma mulher trans (mesmo que essa tenha suas

[7] Termo de variados significados. Já teve sentido pejorativo e hoje em dia pode ser utilizado como adjetivo, verbo (queering), substantivo, identidade, orientação afetivo-sexual e identidade de gênero (como na identificação gender queer ou gênero queer). Termo oposto à cis-heteronormatividade (DIVERSITY BBOX, 2020a, p.11).
[8] Fonte: https://www.ufmg.br/prae/acoes-afirmativas/sexualidades/. Acesso em 11 de abr. de 2022.



características sexuais masculinas) e ainda ser heterossexual. Assim como é possível uma mulher se apaixonar pela mesma mulher trans (com características sexuais diferentes à sua identidade de gênero) e ainda ser uma relação homoafetiva. Ou seja, não é apenas a genitália que determina a orientação afetivo-sexual. No caso de relações entre pessoas não-binárias, de gênero fluido ou agêneras, é muito comum elas se assumirem como pansexuais, uma vez que essas rompem a lógica das relações binárias entre homem-mulher, e se vêem para além dos gêneros binários feminino-masculino. Assim, é possível perceber que a orientação afetivo-sexual não está limitada à atração das características sexuais. Essa construção pênis-vagina é que dá origem ao pensamento hegemônico de relações binárias e de uma sociedade que não admite outras performances sexuais e de gênero. É necessário desconstruirmos a ideia de que sexo, atração sexual e relacionamentos são baseados apenas na prática sexual cisheteronormativa compulsória. É necessário entender que podemos performar nossas orientações afetivo-sexuais da forma que quisermos e com quem quisermos.

A política brasileira sobre a existência LGBTQIAP+

Na lista dos países que mais matam pessoas LGBTQIAP+ pelo décimo segundo ano consecutivo[9], o Brasil do ano de 2021, propõe uma revisão na BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e um novo ensino médio que omite e até proíbe[10] as discussões de gênero e sexualidade em sala de aula.

No arquivo com 600 páginas a palavra “sexualidade “aparece apenas seis vezes e nenhuma delas está diretamente ligada aos conteúdos da diversidade sexual. Já a palavra “gênero” que aparece algumas vezes não está ligada aos estudos de gênero e limita-se apenas a falar sobre gêneros literários. A saída que a classe docente pode encontrar é abrir espaço em suas aulas para mediar e executar projetos que abordem a diversidade de gênero e sexualidade. Afinal uma educação que *[...]não inclua questões de gênero e diversidade sexual, desde as séries iniciais,*

[9] Fonte: <https://exame.com/brasil/pelo-12o-ano-consecutivo-brasil-e-pais-que-mais-mata-transexuais-no-mundo/> Acesso em 12 abr. 2022.
[10] Fonte: <https://www.camara.leg.br/noticias/699563-projeto-criminaliza-promocao-de-ideologia-de-genero-nas-escolas/> Acesso em 12 abr. 2022.

desmitificando as convencionadas cores e brincadeiras de menino ou de menina, é um currículo excludente, pois privilegia uma forma de ser, marginalizando outros saberes e indivíduos (WISNIEWSKI, 2020, p. 87). Além de naturalizar e de reproduzir violências contra a mulher, não legitima a existência de pessoas LGBTQIAP+ e mantém o plano de perpetuação do homem como indivíduo superior.

> Dentre os muitos artefatos que corroboram a produção de corpos, gêneros e sexualidades conformados à matriz hegemônica, o currículo escolar marca a minha experiência como um dispositivo cujo objetivo é implementar tecnologias de controle sobre a sexualidade. O efeito disso é uma sexualidade educada, na qual mesmo os sujeitos desviantes agem a partir de uma padronização dada pela assimilação de comportamentos e condutas apropriadas, domesticadas; um fazer pedagógico voltado para a produção de homens e mulheres que ratifiquem a normalidade dominante que se constitui de acordo com o ideal de masculino e de feminino, como uma cópia da qual não se conhece o original. A instituição escolar que herdamos de uma matriz iluminista funciona para dizer o que é certo, o que é bom, o que é normal. E ela diz. (BRAGA, 2012, p.12-13).

É importante saber qual o espaço que a escola está dando para tais questões e, principalmente, quais espaços as pessoas LGBTQIAP+ estão ocupando dentro das escolas. Existe escuta para essas problematizações? São feitos projetos para debater as violências institucionalizadas e naturalizadas? Qual o posicionamento das escolas sobre estas questões? Quantas pessoas LGBTQIAP+ existem nas direções e corpos docentes?

Precisamos que a escola assuma o compromisso de *[...] problematizar mais do que as identidades sexuais e de gênero* dos *sujeitos, mas os processos sociais envolvidos em sua construção [...]*, problematizar as *[...] formas de silenciamento, invisibilização e subalternização de determinados sujeitos socioculturais identificados como "diferentes" [...],* e *[...] discutir a deslegitimação dos corpos estranhos [...] por meio do questionamento da ordem social que exige que as pessoas tenham um "sexo verdadeiro" e que essa verdade esteja sinalizada no corpo*. (BRAGA, 2012). Ao levantar tais questões, é possível começarmos a pensar num novo espaço escolar que desconfie da norma e que respeite toda e qualquer forma de existência no mundo.

Considerações finais

É imprescindível, é urgente e é necessário a invenção de escolas que olhem para os corpos LGBT+, escolas que não reproduzam as violências binárias, pois *[...] a escola é uma invenção histórica e pode, portanto, desaparecer. Mas isso também significa que a escola pode ser reinventada* (ICLE; BONATTO, 2017, p.19)[11]. Recriada, repensada, reconstruída, levando em conta e se atentando sobre o fato de a escola ser *[...] lugar onde crianças e jovens são munidos com os conhecimentos necessários para garantir sua adaptação à sociedade; instituição criada para inserir as crianças no mundo; e espaço destinado à socialização e iniciação, de acordo com as regras vigentes em determinada cultura* (ICLE; BONATTO, 2017, p.19). E por todo o poder de dominância que o espaço escolar tem sobre os corpos, é preciso reiniciar o CIStema[12]. Criar forças e dispositivos estratégicos para implodi-lo por dentro e desconstruir suas estruturas.

Entender essa invenção, essas forças e dispositivos de dominância e o silenciamento e apagamento dos corpos é o primeiro passo para reinventar a escola como espaço possível de produzir a diferença. Perceber os binarismos, as naturalizações e as essencializações (BRAGA, 2012, p.13), que ocorrem dentro das instituições de ensino é o caminho para entender se há espaços dentro dos currículos para a diversidade dos corpos e suas identidades. É olhar para o invisível e notar a permanência dos sujeitos invisibilizados pela ordem inventada e não-natural de gênero e sexualidade. É promover outro espaço de existência que não omita, segregue ou agrida a vida de nenhuma pessoa. É, de fato, assumir uma educação fora do armário.

[11] Graduado em Artes Cênicas (1992), Mestre em Educação (2000) e Doutor em Educação pela UFRGS (2004). Professor associado no Departamento de Ensino e Currículo e professor permanente no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É, também, professor permanente no Programa de Pós-graduação em Artes Cênicas da Universidade de Brasília.

[12] Que se refere ao sistema cisnormativo.

Referências:

BRAGA, Denise da Silva. *Heteronormatividade e sexualidades LGBT*: repercussões dos discursos escolares sobre sexualidade na constituição das sexualidades não normativas. 2012. 174 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

DIVERSITY BBOX. *Guia de linguagem inclusiva:* todxs nós. 2020. Disponível em: <https://pji.portaldosjornalistas.com.br/wp-content/uploads/2020/05/GuiaTodxsNos.pdf> Acesso em 05 de abr. de 2022.

ICLE, Gilberto; BONATTO, Mônica Torres. *Por uma pedagogia performativa*: A escola como entrelugar para professores-performers e estudantes-performers. Cad. Cedes, Campinas, v.37, n.101, p.7 -28, jan.-abr., 2017.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho*. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica 3ª Ed., 2018a.

_____ (Org.). *O corpo educado*: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 3ª Ed., 2018b.

_____. *Uma leitura da história da Educação sob a perspectiva do gênero*. Teoria e Educação, Porto Alegre, n.6, 1992. p.53-67.

VEIGA, Edison. *Há 30 anos, OMS retirava homossexualidade da lista de doenças*. 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/h%C3%A1-30-anos-oms-retirava-homossexualidade-da-lista-de-doen%C3%A7as/a-53447329> Acesso em 09 de abr. de 2022.

WISNIEWSKI, Rudião Rafael. *Gênero e Diversidade:* Educação e (in)visibilidade LGBTQ nos espaços urbanos. Revista Atos de Pesquisa em Educação, Blumenau, v. 15, n. 1, p. 76-93, jan./abr. 2020.